

A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820

La estadística de la población en la América Latina Portuguesa, 1750-1820 Population,

Statistics and Census Taking in Portuguese America, 1750-1820

DOI: <http://dx.doi.org/10.14482/memor.25.1.6915>



Paulo Teodoro De Matos

Investigador principal no Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa e Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Possui graduação em História pela Universidade Nova de Lisboa (1997) e é doutorado em Demografia Histórica pela Universidade do Minho (2004). É o investigador responsável pelo projecto «Counting colonial populations. Demography and the use of statistics in the Portuguese e Empire (1776-1875)» financiado pela FCT. plmatos@fsh.unl.pt

Paulo Silveira e Sousa

Investigador do Centro de Historia de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa. Possui graduação em Sociologia pelo ISCTE-IUL (1994), é mestre em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1998) e doutorando do Instituto Universitário Europeu de Florença. paulo.sousa@eui.eu



Resumen

Desde 1720, la administración ultramarina portuguesa emitió ordenes reales con el objetivo de recoger informaciones estandarizadas sobre la población del imperio. Estos procesos tuvieron una mayor dimensión en Brasil, durante la segunda mitad del siglo XVIII, pero fueron transversales a casi todos los territorios (en Africa, en el Índico y en Oriente), dando origen a un amplio corpus documental constituido por cientos de mapas estadísticos. Inspirándose en los principios de la Aritmética Política y la Fisiocracia, las elites políticas portuguesas consideraron a la población como un recurso del Estado que se debía calcular, regular y canalizar según sus intereses. Este artículo se propone ofrecer una descripción de las ordenes enviadas a las *conquistas* y mapas estadísticos, así como de su evolución en el tiempo. En la línea de autores pioneros como Dauril Alden e Maria Luiza Marcílio defenderemos su enorme potencial para realizar cálculos demográficos aproximados, durante el período colonial.

Palabras Clave

Imperio Portugués, Brasil, demografía, estadística, antiguo régimen.

Abstract

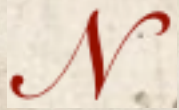
From the 1720s the Portuguese overseas bureaucracy started to order the collection of organized, quantified information on population. These processes gained particular dimension in Brazil during the second half of the 18th century, but were decreed to all territories of the empire (in Africa, Indian Ocean and the East). An extensive corpus of documents was thus produced, consisting on hundreds of statistical charts, decrees and political instructions. The Portuguese bureaucratic elites, influenced by the political arithmetic and physiocratic thought, understood population as a State resource that should be calculated, managed and placed according to governance conveniences.

This article aims to describe and analyze the types of orders and statistical charts produced for the Portuguese America, as well as its evolution and growing complexity. Following pioneering authors as Dauril Alden e Maria Luiza Marcílio we defend its enormous potential in the estimations of demographic statistics for the colonial period.

Keywords

Portuguese empire, demography, statistics, early modern period, período colonial.

População e processos estatísticos no império português durante o Antigo Regime



o império português a contagem das populações iniciou-se nos principais centros urbanos litorais logo no final do século XVII, tomando quer a forma de róis de baptizados, casamentos e funerais (efectuados pelas autoridades eclesiásticas locais), quer a de listas de soldados e homens em idade de recrutamento¹. Mais tarde, as contagens tomaram também a forma de róis com claros intuitos de controlo fiscal e alfandegário. Todas estas contagens eram de âmbito geográfico limitado, sendo produzidas com uma periodicidade muito irregular, sem obedecer a um padrão uniforme. A grande mudança ocorreu durante o consulado do marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, época em que se procurou melhorar e expandir a recolha e produção de informação quantitativa organizada sobre a população. O cômputo das populações afirmou-se como um processo inerente à gestão territorial e como um instrumento burocrático, político e fiscal, fazendo também parte de um novo paradigma político. No quadro da Aritmética Política e do pensamento mercantilista a avaliação e contagem da população assumia

¹ José Curto, Raymond Gervais. The Population History of Luanda during the late Atlantic slave trade, 1781-1844. En: *African Economic History*. Nº 29. 2001, P. 1-59.

uma importância crucial, servindo de suporte às políticas de ocupação do território, gestão das populações, exercício da fiscalidade, recrutamento militar e aproveitamento da mão de obra. Ao mesmo tempo, como salienta Ana Cristina Nogueira da Silva, os numeramentos do século XVIII não se destinavam unicamente a produzir uma utensilagem mental, visavam também uma estratégia política de afirmação de soberania.² Nas palavras do Marquês de Pombal: *a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita.*³

Estas estatísticas da população, suas características e circuitos de produção permitem, por isso, analisar a intensidade com que o Estado penetrava nos territórios e construía e negociava uma nova ordem. O conhecimento acumulado permitia, por um lado, elaborar modelos de ocupação e classificação do território, por outro moldava a forma como esses territórios eram entendidos e como as populações se imaginavam a si próprias. A par de Goa e do arquipélago dos Açores, o Brasil foi, indiscutivelmente, um dos territórios onde a articulação entre o esforço da administração central e o das diversas capitânias mais se fez notar.⁴ Desde a segunda metade do século XVIII até à independência do Brasil, em 1822, foi produzido um substancial *corpus* documental traduzido em largas centenas de mapas da população actualmente depositados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e nos diversos arquivos estaduais do Brasil.

² Ana Cristina Nogueira da Silva. *O modelo espacial do Estado Moderno - reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Editorial Estampa. Lisboa. 1998.

³ Carta de 21 de Setembro de 1751 enviada a Gomes Freire de Andrade cit. por Antonio Cesar de Almeida Santos. Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. En: *Temas Setecentistas*, org. Andréa Doré e Antonio Cesar de Almeida Santos. Universidade Federal do Paraná. 2008, P. 143-152; Íris Kantor. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. En: in *O Brasil Colonial*. Vol. III – 1720-1821, org. De João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2014, P. 463-482.

⁴ Paulo Teodoro de Matos. The population of the Estado Português da Índia, 1750-1820: Sources and Global Trends'. En: *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011*, vol. I, *The making of the Luso-Asian World: Intricacies of Engagement*. Institute of Southeast Asian Studies. Singapore. 2011, P. 155-176; Artur Madeira. *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Patrimonia Historica. Cascais. 1997.

A América Portuguesa era, em meados do século XVIII, o território mais extenso, rico e populoso de todo o império, concentrando mais de metade do efectivo demográfico ultramarino.⁵ As suas fronteiras, quase definitivas, foram delimitadas em 1750 pelo tratado de Madrid e em 1777 pelo tratado de San Ildefonso, após acesos conflitos militares e diplomáticos com Espanha. No entanto, o conhecimento do território não deixava de ser muito limitado. Não só a região da Amazónia era praticamente desconhecida, como o território a sul do Rio de Janeiro e Sacramento constituía um deserto demográfico.⁶ É neste contexto de intensa disputa territorial que se intensificou a produção de cartografia, muitas vezes acompanhada pela recolha e sistematização de informações sobre a população.⁷ O conhecimento circunstanciado da população tinha claros fundamentos práticos, sendo utilizado para avaliar e regular os fluxos migratórios, as mobilidades e o povoamento, o recrutamento militar, a organização dos corpos de ordenanças e de milícias, e a aplicação quer da fiscalidade régia, quer da fiscalidade municipal. Logo nas décadas de 1750 e 1760 executaram-se diversos numeramentos (registados sob a forma de grandes mapas ou tabelas, divididos por categorias), como por exemplo os de Santa Catarina (1753, 1767), Baía (1759), Pernambuco (1762-1763) e São Paulo (1765).⁸

⁵ Vitorino Magalhães Godinho. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Arcádia. Lisboa. 1975, P. 45-69.

⁶ Fábio Kuhn. Uma fronteira do império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII. En: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. VIII. Lisboa. 2007, P. 103-108; Paulo Teodoro de Matos, Paulo Silveira e Sousa. População e movimentos migratórios: A atracção pelo Brasil. En: *História dos Açores*, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, vol. I. Instituto Açoriano de Cultura. Angra do Heroísmo. 2008, P. 540-541.

⁷ Tarcísio Botelho, José Flávio Morais Castro, Clotilde Andrade Paiva. Políticas de população no período Joanino. En: *A Corte no Brasil: População e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*, org. de Ana Sílvia Volpi Scott e Eliana Cristina Deckmann Fleck. Oikos/Unisinos. 2008, P. 60-74; Júnia Ferreira Furtado. Dom Luis da Cunha e a centralidade das minas auríferas brasileiras. En: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. III. Lisboa. 2007, P. 69-87.

⁸ Dauril Alden. The population of Brazil in the late eighteenth century. En: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 43, n. 2. Durham, North Carolina. 1963, P. 173-205; Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Editora Hucítec. São Paulo. 2000. P. 33-35; Tarcísio Botelho et al. Políticas de população... Op. Cit. P. 59-77; Roberto Smith. A Presença da componente populacional na demografia histórica da capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII. En: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto. 2002, P. 5-7.

Este artigo assume-se como um estudo exploratório acerca da estatística demográfica brasileira durante o final do Antigo Regime, sendo parte de uma das linhas de investigação de um projecto mais vasto que pretende abranger as populações do conjunto do império português.⁹ Esta linha tem como objectivo analisar os processos de produção de estatísticas das populações coloniais, ordenados pela Coroa portuguesa entre 1750 e 1820. A informação quantitativa e padronizada que analisaremos segue modelos próprios, anteriores aos que foram construídos a partir dos Congressos Internacionais de Estatística, iniciados em Bruxelas, em 1853. Apesar de se enquadrarem no que se pode descrever como uma estatística pré-moderna, ou uma proto-estatística, estes mapas da população seguem modelos e categorias regulares, existindo um esforço por parte da Coroa para que fossem executados com uma determinada periodicidade. Se nas primeiras décadas, entre sensivelmente 1720 e 1770, eles são descritos como «mapas da população», a partir da década de 1780 começa a surgir com mais evidência a denominação «mapas estatísticos da população».

Neste artigo pretende-se, por um lado, contribuir para o recenseamento e caracterização deste tipo de fontes e, por outro, destacar algumas linhas de força que nortearam a produção de informação quantitativa na América Portuguesa de Antigo Regime. Estudaremos, por isso, o contexto político-administrativo, a evolução tipológica dos mapas de acordo com as ordens régias emitidas e as condições técnicas de execução e transmissão da informação. Não se intenta, contudo, efectuar aqui uma exploração quer dos dados contidos nestes mapas, quer dos aspectos metodológicos em torno da sua crítica. Parte desta discussão encontra-se já disponível em trabalhos de Dauril Alden, Maria Luíza Marcílio, Altiva Pilatti Balhana e Tarcísio Botelho, entre outros.¹⁰

⁹ Esta investigação está a ser desenvolvida no âmbito do projecto População e Império. A demografia e os processos estatísticos no ultramar português, 1776-1875/ Counting Colonial Populations. Demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1875 (FCT, PTDC/EPH-HIS/3697/2012).

¹⁰ Dauril Alden. The population of Brazil... Op. Cit. P. 201; Maria Luíza Marcílio. *Crescimento demográfico...* Op. Cit. P. 29-66; Maria Luíza Marcílio. A população do Brasil Colonial. En: *História da América Latina*, vol. II - *América Latina Colonial*, org. de Leslie Bethell. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999, P. 39-56; Altiva Pilatti Balhana. A População. En: *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. VIII - *O Império Luso Brasileiro (1750-1822)*, coord. de Maria Beatriz Nizza da Silva. Editorial Estampa. Lisboa. 1986, P. 19-62; Tarcísio Botelho et al. Políticas de população... Op. Cit. P. 60-74

A nossa investigação está baseada em amostragens de mapas da população, ordens e provisões da Coroa e numa recolha bibliográfica acerca da demografia colonial brasileira. O recente tratamento arquivístico da documentação avulsa do Conselho Ultramarino, relativa ao Brasil, depositada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, permitiu identificar um novo conjunto de «mapas da população», muitos dos quais ainda por estudar. A presente investigação parte da recolha de informações demográficas de natureza primária, em especial do importante trabalho de Dauril Alden (1963), complementando-a com parte da documentação manuscrita disponível nos arquivos, em especial a depositada no referido AHU e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ao recenseamento dos mapas estatísticos dos habitantes elaborado por Dauril Alden, composto por 51 fontes, foram adicionados 31 mapas relativos a 16 capitanias brasileiras, no que resulta um total de 98 fontes estudadas.¹¹ Este conjunto documental foi classificado de acordo com a informação disponível: sexo, raça, fogos, movimento da população, classes etárias, estado civil e condição civil (livres e não livres). A recolha não assumiu, contudo, um carácter exaustivo e incidiu particularmente nas capitanias de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande de São Pedro, Rio Negro, Santa Catarina e São Paulo.

As novas políticas da Coroa, 1750-1776

Desde sensivelmente a década de 1750 que este novo conjunto documental e novo instrumento de gestão política se afirmou, paulatinamente, na administração ultramarina. Os mapas da população, tinham uma periodicidade teoricamente anual, a sua elaboração competia aos diversos governadores das possessões portuguesas, com a colaboração activa de autoridades locais. A confeição destes quadros gerais da população, que muitas vezes descreviam apenas uma capitania ou um governo provincial e eram posteriormente remetidos ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, exigia um impressionante esforço de comunicação burocrática, tendo em conta as estruturas político-administrativas existentes no século XVIII. Para a sua execução eram convocados, principalmente,

¹¹ Dauril Alden. *The population of Brazil...* Op. Cit.

a Igreja e o Exército os quais, por meio da rede de párocos, capitães-mores e oficiais de ordenanças, forneciam as listas nominativas dos habitantes e os quadros primários com o número de habitantes. Através de uma intrincada cadeia administrativa, envolvendo diversas entidades e agentes, as informações eram posteriormente compiladas num «mapa geral» da responsabilidade das secretarias-gerais das diversas capitanias e sedes de governo.

Através de vários diplomas régios, das cartas de *Instruções* fornecidas aos governadores recém-empossados (solicitando o envio regular dos mapas) e da constante preocupação em verificar o cumprimento das normas, a Coroa portuguesa conseguiu, na maior parte dos domínios ultramarinos, instituir práticas de quantificação demográfica anteriores à estatística moderna e que hoje nos permitem construir estimativas. Contudo, a Coroa portuguesa manteve sempre um sigilo muito grande em torno destes mapas que, sendo recolhidos, elaborados e enviados ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, não eram posteriormente objecto de agregação, tratamento por unidades geográficas mais vastas e de publicação, ou sequer de circulação e de simples publicidade junto de especialistas e de academias. Por volta de 1820 o geógrafo italiano Adrien Balbi ficaria espantado com a elaborada estatística comercial que a Coroa portuguesa produzia desde 1775.¹² Contudo, o mesmo autor ressaltava o carácter confidencial que muito desta produção oficial mantinha, sendo de difícil acesso e de escassíssima divulgação. Décadas mais tarde, em 1861, José de Torres, responsável pela Repartição de Estatística, realçaria novamente que «os poucos inquiridos que antes das novas instituições se fizeram fugiram à publicidade».¹³ Este carácter confidencial tanto marcou a estatística do reino, como a recolhida nos territórios ultramarinos.

Apesar das diversas lacunas existentes, designadamente a dispersão e deficiente cobertura territorial para algumas capitanias, a omissão frequente de importantes grupos sociais (como os escravos e os

¹² Adrien Balbi. *Essai Statistique sur le Royaume du Portugal et de l'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*. Rey & Gravier. Paris. 1822, P. viii.

¹³ José de Torres. *Relatório consulta da Repartição de Estatística acerca da estatística geral de Portugal*, Imprensa Nacional. Lisboa. 1861, P. 5.

indígenas), as falhas na execução das ordens régias e até a perda da documentação, este conjunto de mapas revela-se fundamental para a compreensão dos ritmos de crescimento, distribuição espacial dos efectivos, composição étnica e comportamentos demográficos. Esta evidência foi já assinalada por diversos autores, em especial Dauril Alden em estudo pioneiro acerca da demografia brasileira em finais do século XVIII e Maria Luiza Marcílio em estudo acerca da população da capitania de São Paulo, onde a autora traçou um rigoroso enquadramento dos numeramentos e recenseamentos na história brasileira.¹⁴

A riqueza deste extenso *corpus* documental não tem, porém, animado os historiadores e demógrafos, o que parcialmente se explica pelos seguintes factores:

- i) a significativa dispersão destes mapas pelos arquivos portugueses e brasileiros e seu gradual esquecimento ao longo dos tempos;
- ii) a escassez de colectâneas legislativas impressas que possibilitem o rápido acesso a ordens e provisões régias sobre estatística da população;
- iii) a evolução administrativa do território brasileiro e a multiplicidade de entidades intervenientes na produção e transmissão da informação demográfica;
- iv) a opção metodológica por análises demográficas suportadas em registos paroquiais e listas nominativas da população (*case studies*);
- v) o domínio imperfeito das metodologias estatísticas e demográficas necessárias à interpretação da informação e à crítica da sua qualidade intrínseca.

A análise dos «mapas estatísticos da população» tem sido feita, quase exclusivamente, em trabalhos monográficos sobre as diversas capitanias brasileiras (com destaque para São Paulo, Baía e Minas Gerais), não sendo feita a sua agregação e utilização em sínteses demográficas extensivas ao conjunto do território do Brasil.¹⁵ A maioria das tentativas de síntese demográfica da América

¹⁴ Dauril Alden. *The population of Brazil...* Op. Cit. P. 201; Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico...* Op. Cit. P. 29-66.

¹⁵ Para São Paulo, Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico...* Op. Cit.; para a Baía, Katia M. de Queirós Mattoso. *Bahia século XIX: uma província no império*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1992, P. 82-114, para Minas Gerais, Laird W. Bergard. *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais*, Brazil: Cambridge University Press. Cambridge. 1999.

Portuguesa na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX continua a assentar, fundamentalmente, em fontes primárias já estudadas por Dauril Alden e Maria Luiza Marcílio.¹⁶

Ordens régias, instruções e regimentos: as primeiras práticas de quantificação e classificação da população

Não é tarefa fácil estabelecer uma periodização para esta produção de estatísticas demográficas, decorrente de ordens régias e de regimentos enviados aos governadores dos vários territórios. A diversidade das capitanias, as suas especificidades geográficas e sociais, de consolidação territorial, populacional e militar, os vários modelos administrativos internos e até o seu relativo grau de autonomia em relação ao governador-geral conduziram a variações nos modelos de quantificação das populações. As dificuldades na execução dos mapas (a começar pela primeira recolha e sistematização da informação primária pelos párocos e capitães de ordenanças), bem como o empenho variável dos governadores das capitanias neste processo deram origem a diferentes estádios de desenvolvimento e pormenor das estatísticas em cada circunscrição administrativa.

A análise dos diplomas régios e dos próprios mapas sugere, contudo, um processo de relativa uniformização estatística que nunca se estabilizou de forma clara num modelo único. Neste percurso são decisivos os diplomas régios de 1773, 1776 e 1797, expedidos aos diferentes governadores do império. Com base na informação contida nos mapas e nos diplomas régios Maria Luiza Marcílio considerou o período entre 1750 e 1872 (data do primeiro censo populacional moderno) como sendo a fase proto-estatística da população brasileira.¹⁷ Dentro deste vasto período haveria a considerar uma primeira cronologia, situada entre 1765 e 1797 e uma segunda de 1797 até cerca de 1830. Na delimitação destes sub-períodos estaria a citada Ordem Régia de 21 de Outubro

¹⁶ Altiva Pilatti Balhana. A população... Op. Cit. P. 19-62; Dauril Alden. Late Colonial Brazil, 1750-1808. En: *Colonial Brazil*, ed. de Leslie Bethell. Cambridge University Press. Cambridge. 1987, P. 284-343; Maria Luiza Marcílio. A população do Brasil... Op. Cit. P. 39-56.

¹⁷ Maria Luiza Marcílio. Crescimento demográfico... Op. Cit. P. 32-33.

de 1797, pela qual foram introduzidas importantes mudanças nos processos de contagem e nas categorias utilizadas. Estes esforços não se restringiram ao Brasil. Nas últimas três décadas do século XVIII, a burocracia portuguesa tinha já experiência na elaboração regular de numeramentos, com elevado grau de pormenor. Diversos cálculos (diferenciados ou não por sexo, composição social e etária) tinham já sido ordenados e nalguns casos realizados, pelo menos parcialmente, em Cabo Verde (1731), Açores (1747), Madeira (1722, 1732, 1745), Moçambique (1722) e Goa (1718, 1720, 1722, 1749).¹⁸

No caso do Brasil também se sentiu, desde a primeira metade do século XVIII, o esforço para intensificar a obtenção de informação demográfica circunstanciada. Em 1727 o monarca solicitava ao bispo do Pará o envio de uma lista de todas as pessoas do bispado *entrando também nela os pequenos com a distinção no numero de brancos, mamalucos e negros*, acompanhada por um relatório circunstanciado de todas as missões e aldeamentos do bispado.¹⁹ Mais tarde, em 1756, uma nova ordem régia dirigida ao mesmo prelado determinava a elaboração de uma relação dos lugares e povoações das diversas freguesias com designação dos rios e distâncias entre as povoações e informação das *pessoas que há de comunhão nas mesmas freguezias*. Idênticas tentativas foram²⁰levadas a cabo na Baía. Em 1733 o seu arcebispo, Luís Álvares de Figueiredo, notificava D. João V das dificuldades em cumprir a Ordem Régia segundo a qual se deveria formular uma lista de habitantes por paróquia. Esta deveria abranger as pessoas brancas, homens, mulheres, solteiros, casados e livres, além dos escravos, mestiços e pretos de ambos os sexos. Também as crianças não obrigadas ao sacramento deveriam ser arroladas.²¹

Fora da esfera eclesiástica propriamente dita são conhecidos diversos mapas mandados elaborar a

¹⁸ Paulo Teodoro de Matos. A estatística da população no ultramar português, 1750-1800. Elementos para o seu estudo. En: *Diáfanias do mundo. Homenagem a Mário F. Lages*. Universidade Católica Editora. Lisboa. 2012, P. 379-394.

¹⁹ AHU, Pará, cx. 11, doc. 973 (14.09.1728).

²⁰ AHU, Pará, cx. 41, doc. 3800.

²¹ AHU, Baía, cx. 42, doc. 47 (25.01.1733).

vários governadores entre 1750 e 1765. Em 1750 formou-se um «Mappa das freguezias que tem a ilha de Santa Catarina e seu continente», decerto com o objectivo de acompanhar os resultados das levadas de casais açorianos iniciadas em 1747. O mapa discriminava o clero, indivíduos desobrigados, casais e filhos das ilhas dos Açores, casais da terra e militares. Em 1753 era produzida uma tabela com idêntica estrutura. Na Baía tinha lugar um outro cômputo da população levantado em 1759 com informações sobre o número de fogos e habitantes.²² Na capitania do Rio Negro a necessidade de conhecer o território, populações indígenas e potencialidades militares está bem patente nos mapas de 1762 e 1764. O primeiro designado «Mapa geral dos indios» recolhido pelo Intendente-Geral quantificava os nativos por distritos militares, enquanto o segundo, de espectro mais alargado, dava conta do efectivo indígena por povoações, sexo e idade (rapazes e raparigas).

São Paulo constituiu a capitania com o maior número de informações demográficas, quer pelas «listas de habitantes», quer pelos «mapas da população» produzidos entre 1765 e 1820. Após a sua restauração, em 1765, em grande medida devido à pressão da fronteira do sul, iniciou-se a realização das listas de população. Na origem deste *corpus* documental estão as *Instruções* dadas ao governador-geral para promover a defesa do território e a sua organização, bem como a execução de práticas políticas que hoje identificaríamos como pró-natalistas.²³ O grau informativo destas listas foi evoluindo com o tempo, negligenciando-se numa primeira fase os menores de comunhão e os escravos. Apesar das diversas diligências régias só a partir de 1772 se iniciou uma série contínua de róis, ou seja de listas nominativas da população, organizados pelas autoridades militares, com a enumeração dos habitantes por fogo, relações familiares, idades e património (incluindo os escravos).²⁴

²² Sobre a os primeiros numeramentos realizados para a Baía é útil a consulta de Katia M. de Queirós Mattoso. *Bahia século XIX...* Op. Cit. P. 82-85.

²³ Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico...* Op. Cit. P. 44-45; Dauril Alden. *The Population of Brazil...* Op. Cit. P. 187-188.

²⁴ A primeira série destes mapas encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa. A este respeito vejam-se os trabalhos de Carlos Almeida Bacellar, em particular *Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil*. En: *Revista Estudos Amazônicos*, v. IX, p. 32-57, 2013.

Em Minas Gerais os primeiros mapas datam de 1767 e 1770. O primeiro incluía os *fogos, filhos, filhas, escravos, escravas, pardos forros e pretos forros*, enquanto o segundo dava notícia dos brancos, pardos e negros de cada uma das comarcas, assim como o total de nascimentos e óbitos no decurso do ano. A terminar a década de 1760 seria também executado um cômputo da população em Mato Grosso, em 1768. Apesar deste se restringir aos distritos de Vila Bela e Cuiabá incluía os movimentos da população (nascimentos, casamentos e óbitos) para o triénio de 1768-1770, informação pouco frequente nesta década.

É importante reforçar que um bom número de contagens produzidas em diversas capitánias surge na sequência directa das *Instruções* dadas aos novos governadores. Já referimos o caso de São Paulo, mas tais processos verificaram-se noutras capitánias, designadamente em Goiás. Aqui, quer o mapa relativo a 1773, quer o de 1784 foram formulados de acordo com a *Instrução* dada ao governo da capitania a 13 de Agosto de 1771.²⁵ Assim sucedeu também em outros domínios portugueses, designadamente nos Açores e em Angola. No primeiro caso com a criação da Capitania-Geral dos Açores, em 1766, ordenou-se ao capitão-general esforços para aumentar os efectivos *pelos próprios e adequados meios com que ela se tem adiantado nas colónias de França, Inglaterra e Holanda*.²⁶ Assim, deveriam ser formuladas relações de habitantes em moldes muito idênticos aos verificados na capitania de São Paulo, Brasil. Da mesma forma, em Angola, o governador António de Lencastre, investido em 1772, apresentou no ano seguinte o mapa dos habitantes da cidade de Luanda, de acordo com as *Instruções* com que partira de Lisboa.²⁷

Este conjunto de mapas produzido até finais da década de 1760 mostra-nos que, até às primeiras tentativas de uniformização estatística da população de 1773 e 1776, a Coroa estava mais atenta aos

²⁵ Informação apenas aos officios que acompanham os respectivos mapas. Pela estrutura de informação dos restantes mapas depreende-se que foram executados segundo a Instrução de 13.08.1771.

²⁶ Artur Madeira. População e emigração... Op. Cit. P. 30.

²⁷ José Curto, Raymond Gervais. The Population History... Op. Cit. P. 16.

totais populacionais e seus principais grupos do que propriamente à classificação etária dos habitantes e ao seu movimento anual. Com exceção de informações mais detalhadas contidas em certas listas de habitantes, como em São Paulo, não se vislumbrava ainda um modelo claramente definido para o registo da informação demográfica.

A maior frequência dos numeramentos parciais realizados pela Coroa, o recrutamento e movimentação de gentes, as *levas de casais* e a deslocação de importantes destacamentos de soldados atestavam esta determinação régia em regular e aproveitar os fluxos populacionais.²⁸ Esta realidade foi particularmente visível no decurso década de 1760. A Coroa portuguesa, com o objectivo de reforçar a ocupação dos seus territórios americanos e a acentuar as marcas de soberania, encetou várias reformas políticas, administrativas e fiscais para as quais a quantificação da população constituía um instrumento insubstituível.²⁹ Para além das experiências de povoamento com populações dos arquipélagos atlânticos e do reforço do controlo fiscal temos que a considerar a circulação de corpos militares, arregimentados no Continente e nas ilhas, com destino ao Brasil e a Angola.³⁰ A abundante documentação produzida pelo Conselho Ultramarino revela que durante a segunda metade de Setecentos vários governadores ultramarinos solicitaram insistentemente recrutas, vadios, mendigos e até degredados para suprir as necessidades de praças e soldados. Tais solicitações eram analisadas em Lisboa após o exame cuidado do quantitativo de homens disponível nas províncias ultramarinas.³¹ Com efeito, as frequentes tensões nas fronteiras do extremo-sul e da

²⁸ Paulo Teodoro de Matos e Paulo Silveira e Sousa. *População e Movimentos...* Op. Cit. P. 535-577; José Damião Rodrigues. *Das ilhas ao Atlântico Sul: A política ultramarina e a emigração açoriana para o Brasil no reinado de D. João V.* En: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. VIII. Lisboa. 2007, P. 57-67.

²⁹ Íris Kantor. *Novas expressões...* Op. Cit. P. 463-482.

³⁰ João Adriano Ribeiro. *As levas de soldados da Madeira para o reino de Angola nos séculos XVII e XVIII.* En: *Islenha*. Nº 6. Funchal. 1990, P. 82-86; José Damião Rodrigues, & Artur Madeira. *A emigração açoriana para o Brasil: as levas de soldados no século XVIII.* En: in *Portos, Escalas e ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Congresso Internacional da chegada de Vasco da Gama a Portugal*. Universidade dos Açores. Ponta Delgada. 2001, P. 113-130.

³¹ São vários os ofícios dos governadores do Brasil ao Conselho Ultramarino prestando informações acerca dos recrutas necessários ou excedentários para defesa da capitania. A título de exemplo registre-se o ofício do governador de Pernambuco de 22 de Junho de 1775 a Martinho de Melo e Castro informando sobre a quantidade de soldados enviados para o Rio de Janeiro (Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, caixa 118, doc. 9149). Em 1797 o governador do Maranhão informava o Conselho Ultramarino acerca do número possível de recrutas que se poderiam deslocar da capitania para a metrópole (AHU, Maranhão, cx. 93, doc. 7683).

Amazónia exigiam, como bem nota Maria Luiza Marcílio, um elevado grau de prontidão militar para assegurar a defesa dos territórios.³²

Contar e classificar: os primeiros modelos de mapas da população, 1773-1776

A implementação definitiva de um sistema relativamente regular de produção de estatística demográfica na América Portuguesa data de 1773-1776 e foi formalmente realizada através dos diplomas de 17 de Julho de 1773 e 21 de Maio de 1776. Estas ordens régias, em geral transversais a grande parte do império português, ajudaram a promover a harmonização das contagens da população e, simultaneamente, a prescrever o seu carácter, em teoria, obrigatório e regular.

Em 17 de Julho de 1773 o secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, dirigia-se ao governador de Pernambuco, José César de Menezes, incumbindo-lhe a realização de mapas acerca do estado de cada um dos regimentos da capitania.³³ Para além da produção de tais documentos, Martinho de Melo e Castro decretava a obrigatoriedade do envio das relações do número de habitantes divididas segundo as seguintes 10 classes de idade, sexo, nascimentos e óbitos:

<i>Primeira classe</i>	Todas as crianças do sexo masculino até à idade de 7 anos completos
<i>Segunda classe</i>	Todos os rapazes desde a idade de 7 anos até a idade de 15
<i>Terceira classe</i>	Todos os homens desde a idade de 15 anos até à idade de 60
<i>Quarta classe</i>	Todos os velhos desde a idade de 60 anos para cima com especificação particular de todos os que passam de 90 anos
<i>Quinta classe</i>	Todas as crianças do sexo feminino até à idade de 7 anos completos
<i>Sexta classe</i>	Todas as raparigas desde a idade de 7 anos até à idade de 14 anos
<i>Sétima classe</i>	Todas as mulheres desde a idade de 14 anos até à idade de 50 anos
<i>Oitava classe</i>	Todas as velhas desde a idade de 50 anos para cima com especificação particular de todas as que passarem de 90 anos
<i>Nona classe</i>	Todos os nascimentos acontecidos no ano em que se tirar esta relação
<i>Décima classe</i>	Todas as mortes acontecidas no mesmo ano

³² Maria Luiza Marcílio. Crescimento demográfico... Op. Cit. P. 34.

³³ AHU, Códice 583 (1756-1780), fls. 163-165.

Competia à Igreja, com a sua vasta rede de paróquias e párocos letrados habituados ao registo de pessoas, assessorar os capitães e oficiais de ordenanças na recolha da informação, baseando-se nos registos paroquiais e dos róis de confessados. Certamente ciente das particularidades da classificação eclesiástica Martinho de Melo e Castro advertia:

... como os párocos e curas não cuidão mais que nos baptismos, enterros e pessoas de comunhão, porque só daqueles e destas tirão proveito omitem sempre nas suas listas as crianças compreendidas na primeira e quinta classes que não nascerão no ano em que tiraram as ditas listas nem ainda se achão nos seus registos de comunhão, e por estes motivos será preciso advertir os ditos párocos e curas que tenham particular cuidado de incluir nas mesmas listas as crianças de idade de hum até sete anos.³⁴

A advertência atesta o carácter relativamente moderno e cuidadoso que se pretendia imprimir aos mapas de população. Embora a Igreja, a par do Exército, fosse a entidade mais fidedigna para a recolha da informação era frequente a omissão dos menores de confissão e de comunhão, que não eram entendidos como «almas» contabilizáveis. O mesmo sucedia com o sub-registo de nascimentos nos casos em que as crianças faleciam precocemente.

No presente estágio da investigação não é possível saber quantas capitánias terão recebido directrizes idênticas. A análise da estrutura dos mapas de certas capitánias, como São Paulo e Rio Negro, revelou, porém, que a informação foi recolhida segundo estes mesmos pressupostos. É importante notar que o diploma expedido ao governador de Pernambuco em 1774 é muito semelhante à instrução dada ao capitão-general das ilhas dos Açores em 1 de Julho de 1771. As directrizes pernambucanas prescreviam idênticas classes etárias, acrescentando porém o número de pessoas casadas até aos 40 anos e os nascimentos e óbitos diferenciados por sexo.³⁵

³⁴ Idem, fls. 164v.-165.

³⁵ Paulo Teodoro de Matos, A estatística da população... Op. Cit. P. 379-394.

A estrutura da informação continuava a assentar em 10 campos, apenas se alterando a amplitude da «sétima classe».³⁸ O intervalo das mulheres adultas passava a compreender as idades de 14 a 40 quando anteriormente incluía os 15-50 anos.³⁹ Não restam dúvidas quanto às razões que presidiam à delimitação das classes. O grupo 0-7 assumia-se como uma franja populacional essencialmente eclesiástica cabendo aqui os «menores de confissão», enquanto os homens de 15-60 eram exactamente aqueles susceptíveis de pegar em armas segundo as Ordenações do Reino.⁴⁰ O intervalo de idades das mulheres entre 14 a 40 anos corresponderia grosso modo ao seu intervalo fértil e possibilitava a realização de projecções demográficas.⁴¹

Dauril Alden alertou para a grande proximidade na implementação dos processos de estatística da população entre as coroas ibéricas. Também em 1776 a Espanha fazia expedir um diploma similar aos seus governadores ultramarinos requerendo informações regulares sobre o número e composição dos seus vassallos na América e Filipinas.

*El Rey quiere saber con puntualidad y certeza el numero de Vassallos y habitantes que tiene en todos sus bastos Dominios de America y Filipinas a cuyo fin há resuelto que todos los Arzobispos y Obispos de Indias y de dichas Islas hagan formar exactos padrones con la debida distincion de classes, estados y castas de todas las personas de ambos os sexos, sin excluir los parbulos [...] y repitan todos los annos esta operacion.*⁴²

³⁸ É importante notar que em algumas capitánias nem sempre se seguiu esta classificação etária. Por exemplo em Goiás (1780-1784), utiliza-se a classe dos homens de 60 a 80 anos.

³⁹ Uma extensa discussão acerca das classes etárias e sua fundamentação pode ser encontrada em Dauril Alden. *The population of Brazil...* Op. Cit. e Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico...* Op. Cit.

⁴⁰ Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico...* Op. Cit. P. 38.

⁴¹ Dauril Alden. *The population of Brazil...* Op. Cit.

⁴² Extracto general del numero de almas que comprehende el Arzobispado de Chaxcas en las Indias meridionales del Perú... año de 1778, Archivo General de las Indias (Sevilha), Indiferente general, leg. 1527, fl. 961. O autor agradece a Filipa Ribeiro da Silva a cedência de vária documentação relativa à estatística da população da América espanhola cujas reproduções estão disponíveis no International Institute for Social History (Amsterdam).

Em resultado da Ordem de 10 de Novembro de 1776 foram executados sucessivos numeramentos para as possessões espanholas da América. A julgar pela informação depositada no Archivo General de Indias, logo em 1777, efectuou-se o censo de Cuba com a designação dos *eclesiasticos, hombres blancos, pardos y negros libertos e pardos y negros esclavos*, para cada sexo separadamente. A informação, organizada por cada uma das freguesias da diocese, classificava por idades os efectivos nas classes de 1-16, 16-50 e 50-100.⁴³ Nos anos seguintes sucederem-se informações para o Perú (1778),⁴⁴ Santiago de Chile (1778),⁴⁵ Buenos Aires (1778),⁴⁶ Porto Rico (1780),⁴⁷ Quito (1780).⁴⁸ Todavia pela sua complexidade e alcance são mais conhecidos os mapas estatísticos para a cidade de Lima em 1790⁴⁹ organizados por D. Francisco Gil de Taboada y Lemos e para a cidade do México,⁵⁰ levantado em idêntica data.⁵¹

⁴³ Estado general de todos los habitantes de la Diocesi de Cuba formado con las divisiones, distinciones y separaciones prevenidas por S.M. ... en Real Ordem hecha en S. Lourenzo a 10 de Noviembre de 1776 ... correspondientes a el año de 1777, AGI, *Indiferente general*, leg. 1527 (oficio nº 471 de 3 de Abril de 1779, Havana, dirigido a D. José de Galvez.

⁴⁴ Idem, fls. 960-1000.

⁴⁵ Resumen de la matricula general del Obispado de Santiago de Chile ... hecho en año de 1778, AGI, *Indiferente general*, leg. 1527, fl. 1019.

⁴⁶ *Documentos para la historia Argentina*, tomo X - *Padrón de la ciudad de Buenos Aires (1778)*. Companhia Sud-Americana de Billetes de Banco. Buenos Aires. 1919.

⁴⁷ Estado general que comprehende el numero de vassalos y habitantes que existen en la Ysla de San Juan de Puerto Rico ... hasta fin del año de 1780, AGI, *Indiferente general*, leg. 1527. O mapa distinguia os *blancos, yndios, pardos libres, morenos, mulatos esclavos e negros*.

⁴⁸ Provincia de Quito. Padrón general en el año de mil setecientos ochenta del numero de almas... en la Real Orden de diez de Noviembre de mil setecientos setenta y seis, AGI, *Indiferente general*, leg. 1527. Anotaram-se os *blancos, indios, libres de varios colores e os escravos de varios colores*.

⁴⁹ Plan demonstrativo de la poblacion comprehendida en el recinto de la ciudad de Lima..., AGI, *Indiferente general*, leg. 1527 (sem número de fólho). Ver Paul Gootenberg. Población y etnicidad en el Perú Republicano (siglo XIX): algunas revisiones, doc. de trabajo nº 71. Instituto de Estudios Peruanos. Lima. 1995 e também Maria Pilar Pérez Cantó. La población de Lima en el siglo XVIII. En: *Boletín Americanista*. nº 32. 1982. P. 383-407.

⁵⁰ Estado general de la poblacion de Mexico capital de esta Nueva España, nº 1, año de 1790, AGI, *Indiferente general*, leg. 1527 (sem número de fólho).

⁵¹ Sobre este assunto é imprescindível a consulta de Nicolás Sánchez-Albornoz. *The population of Latin America. A History*. University of California Press. 1974; e Nicolás Sánchez-Albornoz. A população da América Espanhola Colonial. En: *História da América Latina*, vol. II - *América Latina Colonial*, org. de Leslie Bethell. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999, P. 15-36; Shelburne F. Cook & Woodrow Borah. *Essays in Population History: Mexico and the Caribbean*, vol. I. University of California Press. 1971.

Os dados localizados nos arquivos e outras publicações de fontes primárias revelam o forte impacto tanto da Ordem de 1776 na maioria das capitanias brasileiras, assim como da cédula expedida para os domínios espanhóis em idêntica data. Apesar de serem conhecidos diversos mapas anteriores, a verdade é que só a partir de 1776 faz sentido falar de uma maior sistematização e regularidade na produção de mapas estatísticos das populações.

Apesar da maior standardização da estrutura dos mapas é necessário notar que esta apenas se repercutia ao nível das classes etárias e movimentos da população. Tanto para o Brasil como para os restantes domínios portugueses a Ordem Régia de Maio de 1776 não enumerava quais os grupos sociais a representar, contrariamente à cédula espanhola de 10 de Novembro de 1776. Boa parte dos governadores incluiu informação acerca da *raça* (fundamentalmente os «brancos», «pardos ou mulatos», «pretos ou negros» e «índios domesticados»). No entanto a sub-representação dos negros e dos índios (muitos designados como índios aldeados, ou seja, sob algum tipo de tutela pela administração portuguesa) parece ser evidente em várias capitanias, dificultando as estimativas de cálculo do total da população brasileira. Da mesma forma nem sempre existe informação quanto à condição civil dos habitantes (livres, escravos ou libertos), dificultando o cômputo da população escrava.

Construindo um novo modelo: a Ordem Régia de 21 de Novembro de 1797

Nesta história da estatística das populações destaca-se a Ordem Régia de 21 de Outubro de 1797, a qual marca um significativo acréscimo qualitativo na enumeração das gentes.⁵² A Ordem, igualmente expedida a diversos governadores ultramarinos, dispunha o envio anual de oito mapas estatísticos, três dos quais relativos à população. O primeiro relacionava-se com o estado da

⁵² Maria Luiza Marcílio. Crescimento demográfico... Op. Cit. P. 38-39.

população,⁵³ devendo a população ser classificada quanto à idade por grupos quinquenais (0-5 e 5-10) e decenais (10-20, 20-30 ... 100+) e estado civil (solteiros, casados e viúvos). O formulário n.º 2 solicitava a distribuição dos efectivos masculinos por profissões e o jornal diário auferido pelos artífices e agricultores. Os movimentos demográficos, descritos no formulário n.º 3, incorporavam significativas melhorias. Requeriam-se os nascimentos por sexo das crianças, sendo estas classificadas por «vivas» (= nados vivos), «mortas» (= nados-mortos) e gémeas (= partos gemelares). Nos óbitos, também desagregados quanto ao género, deveriam discriminar-se os escalões etários (0-1, 1-5, 5-10, ... 100+), o mesmo sucedendo com os casamentos. Finalmente, requeria-se um mapa acerca das causas mortalidade, classificadas em *naturais* e *acidentais*.

No contexto da estatística da população colonial europeia o diploma de 1797 impressiona pelo detalhe informativo solicitado e pela potencialidade da análise demográfica que suscita. Com efeito, os dados recolhidos viabilizam o cálculo da taxa de mortalidade infantil, tábuas de mortalidade e índice sintético de fecundidade para cada grupo social, algo que só se tornou possível no Brasil e em Portugal em finais do século XIX. Contudo, até ao momento, as únicas estatísticas formuladas segundo esta directriz parecem respeitam apenas às capitánias de São Paulo, Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba, mesmo que outras administrações tenham recebido semelhante normativa.⁵⁴ Na documentação relativa ao Maranhão importa destacar o significativo conjunto de mapas estatísticos relativos aos «índios aldeados» para cada uma das várias freguesias da capitania. A sua análise permite realizar estudo intensivos de natureza sócio-demográfica de grande alcance sobre estas populações quase sempre esquecidas nos processos de recolha e tratamento de informação quantitativa do final do período de Antigo Regime.

⁵³ Cf. AHU, Conselho Ultramarino, código 424, fl. 155v. Diversos mapas elaborados para o arquipélago dos Açores (Madeira, 1997) e Benguela foram elaborados de acordo com esta Ordem. Para o caso de Benguela veja-se AHU, Conselho Ultramarino, código 579, fl. 193v. O diploma menciona mesmo os *índios aldeados*, certamente por se tratar de uma cópia expedida para as diversas capitánias do Brasil.

⁵⁴ Maria Luiza Marcílio. Crescimento demográfico... Op. Cit. P. 38-39.

PRB. 1798.2

Mapa
dos Habitantes que existem na Capitania da Paraíba do Norte no Anno de 1798.

Vilas	Branco					Indio			Indo						Mulato																			
	Cazador		Solturo		Vivero	Povoação			Livre			Cativeiro			Livre			Cativeiro																
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Homens	Mulheres	Indios	Homens	Mulheres	Indios	Homens	Mulheres	Indios	Homens	Mulheres	Indios	Homens	Mulheres	Indios	Homens	Mulheres	Indios	Homens	Mulheres	Indios								
	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798	1798							
De																																		
1.º a 5.º			807	1481				199	210					160	152					222	327					677	847				96	105		
5.º a 10.º			620	828				179	177					106	165					366	338					756	768				221	112		
10.º a 20.º			286	805	943	5	91		246	235				74	169	176			7	66	632	164	12	2	245	931	915	7	55	21	98	123	6	10
20.º a 30.º			864	686	631	40	79		286	293				135	142	178	17	30		223	787	409	26	17	1142	697	650	23	55	87	114	112	19	20
30.º a 40.º			850	242	341	86	120		181	224				177	107	128	27	42		304	636	295	34	39	950	335	462	57	91	77	64	78	32	38
40.º a 50.º			717	136	194	102	102		112	122				129	72	87	39	50		140	340	252	57	44	914	204	262	75	104	39	49	65	12	23
50.º a 60.º			558	70	116	55	109		71	97				113	69	70	29	33		72	180	164	31	22	447	146	125	81	28	38	31	33	11	12
60.º a 70.º			335	46	70	44	76		48	53				42	33	55	13	21		30	79	79	20	30	235	64	65	40	61	13	11	19	6	7
70.º a 80.º			55	29	34	33	49		22	27				12	17	33	12	10		11	17	38	2	13	89	27	29	21	77	7	6	6	5	6
80.º a 90.º			19	22	35	10	10		1	6				5	10	15	3	5		4	6	21	2	5	26	4	9	9	14	3	1	4	2	3
90.º a 100.º			2	6	2	3			1					1	3	1									3			3	3			1		
Branco 12328 Indio 2817 Indo-Livre 2976 Indo-Cativeiro 7039 Mulato-Livre 12276 Mulato-Cativeiro 1858																																		
Resumo Branco 12328 Indio 2817 Indo 10015 Mulato 14134 Total 39894																																		

Bernardo Antonio Soares de Brito

Figura 2: Mapa dos habitantes que existem na capitania da Paraíba do Norte no ano de 1798 (AHU, Lisboa).

Perante a exiguidade de fontes formuladas segundo a Ordem de 1797 cabe indagar do verdadeiro alcance deste dispositivo. Mesmo que parte da documentação possa estar depositada nos arquivos estaduais é de supor que as administrações das diversas capitanias não tenham conseguido dar execução cabal a mapas com semelhante detalhe informativo. À exceção do arquipélago dos Açores onde diversas tabelas foram formuladas entre 1800 e 1813 segundo a Ordem de 1797 e de Benguela (1799), fica a impressão de que o efeito deste diploma foi sobretudo de natureza pontual, longe de se assumir como modelo único para a estatística brasileira.

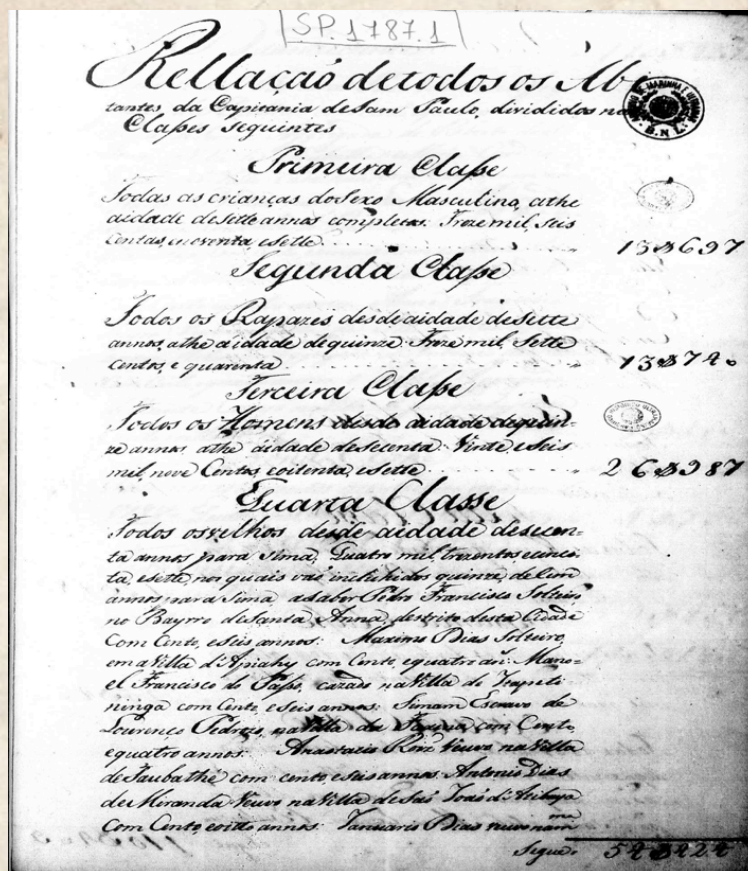


Figura 3. Relação de todos os habitantes da capitania de São Paulo, 1787 (AHU, Lisboa). Exemplo de uma relação primária.

As dificuldades na recolha, processamento e elaboração dos mapas da população

Posteriormente às reformas de 1776 as estatísticas da população e seu movimento apresentam, por vezes, uma periodicidade anual, sendo acompanhadas por diversos outros mapas de natureza militar, económica e fiscal (produção e consumo dos principais produtos agrícolas, importação e exportação e receita e despesa). Na verdade, a partir da década de 1760 os mapas e numeramentos da população eram apenas uma das várias facetas da Aritmética Política, através da qual o Estado obtinha a informação empírica necessária à sustentação das suas políticas ultramarinas, submetendo-os a um conjunto de operações estatísticas segundo os princípios e modelos de análise vigentes na época.

O processo de recolha dos dados desde as relações primárias formuladas por párocos e capitães de

ordenança até à execução dos mapas finais de toda a capitania constituía uma tarefa de natureza burocrática impressionante aos olhos de hoje, sobretudo tendo em conta o carácter regular da operação. Para a confeição dos mapas eram convocadas várias entidades passando a informação por um elevado número de mãos. Em última instância competia à secretaria-geral das capitanias e dos governos a responsabilidade pela execução dos mapas. Contudo, sem a intervenção das redes territoriais da Igreja e do Exército os governadores não conseguiriam dar cumprimento às ordens régias e às Instruções.

A análise da documentação, em particular dos ofícios que acompanhavam os mapas, permite identificar as principais adversidades sentidas na confecção dos quadros estatísticos:

- i) a relutância dos párocos na interpretação e execução dos formulários requeridos;
- ii) a compatibilização de categorias censitárias civis com as inerentes à Igreja, designadamente o conceito de «habitante» (diferente de «alma»), ou de nascimento (diferente de «baptismo»);
- iii) a significativa extensão territorial das capitanias e o ténue conhecimento, quer de todos os domínios, quer dos vários sectores populacionais;
- iv) a morosidade das comunicações entre as diversas povoações, impedindo por vezes o carácter regular no envio dos mapas;
- v) o elevado número de agentes e entidades envolvidos na cadeia de produção das informações.

Além das contrariedades mencionadas as autoridades confrontavam-se com o tradicional problemada desconfiança das populações. Embora não existam relatos de conflitos violentos sabe-se que, tal como na metrópole e nas potências europeias, os habitantes mostravam relutância ao recenseamento, temendo os efeitos dos recrutamentos militares e do lançamento de impostos.

Estas limitações reflectiam-se necessariamente na qualidade da informação. O seu manuseamento

exige um rigoroso exame tanto ao nível da coerência interna dos dados, como do processo de recolha. Em relação ao primeiro notem-se os frequentes erros de contagem das parcelas, a possível exclusão dos nascimentos e óbitos nos totais da população e até a própria representatividade das crianças, em especial as de idade inferior a 1 ano. Porém, são as informações transmitidas pelos próprios governadores e por vezes pelos bispos, que permitem hoje aquilatar a qualidade da fonte e melhor entender as dificuldades sentidas no terreno.

O incumprimento e a lentidão dos párocos parecem ter pontuado entre os principais obstáculos à boa execução, regularidade e observância dos prazos. Um bom exemplo pode ser encontrado no ofício do governador de Pernambuco, datado de 31 de Outubro de 1791, segundo o qual o bispado não conseguia que os seus párocos executassem com zelo e prontidão o preenchimento dos mapas. Na sua opinião este incumprimento apenas poderia ser resolvido se o clero incorresse em cláusulas penais.⁵⁵ Idênticas dificuldades sentiria o governador de S. Paulo em 1798. Em clima de forte tensão com o bispo relatava a incúria e pouca capacidade do prelado em garantir a recolha das informações primárias.⁵⁶

A elevada extensão territorial das capitanias (nem sempre conhecida com rigor) dificultava a recolha estatística e atrasava consideravelmente o processo. Deste óbice vários governadores deram conta à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos após a Ordem Régia de 1774. No ano seguinte o responsável pela capitania de Pernambuco lamentava a ausência do mapa da capitania do Ceará que dista 300 léguas desta sem o qual não poderia formular o mapa geral.⁵⁷ Idêntico receio manifestava o governador do Maranhão a Martinho de Melo e Castro em 1776. Apesar da boa vontade e cooperação institucional com o cabido este receava a grande dificuldade que tem a promptidão com que lha dezejo dar sabendo as grandes distancias desta capitania e da do

⁵⁵ AHU, Pernambuco, cx. 178, doc. 12472.

⁵⁶ AHU, São Paulo, cx. 46, doc. 3613.

⁵⁷ AHU, Pernambuco, cx. 119, doc. 9149.

Piahuy, e a extensão que têm as freguezias do certão.⁵⁸ As dificuldades sentidas pelos governadores brasileiros eram semelhantes às de outros domínios portugueses, designadamente Moçambique e Angola, onde apenas determinadas extensões territoriais, frequentemente costeiras, eram efectivamente controladas pelas autoridades. A este respeito o governador de Angola advertia, em 1800, que apenas se poderia conhecer com algum rigor a população urbana porque as paróquias do sertão pela maior parte não têm parocos e são tão extensas como o território de cada huma equivale a hum bispado de Portugal.⁵⁹

Depois do moroso e exigente processo de recolha das relações primárias a secretaria-geral da capitania procedia à recolha das listas ou quadros primários, fazia a sua crítica e executava o mapa geral. Pode-se, assim, imaginar a carga burocrática associada a esta operação a somar à exigida na execução de outros mapas estatísticos, como os de produção e consumo agrícola, orçamento e despesa e estado militar. Se na maior parte dos officios os governadores alegavam causas externas para justificar o atraso no envio dos mapas, o facto é que existia muito pouco pessoal qualificado para lidar com semelhante volume de informação. Esta realidade é bem descrita pelo governador de São Paulo em officio de 16 de Dezembro de 1806. Apesar de subsistir nesta capitania um escrupuloso cumprimento das determinações em torno da estatística da população o seu responsável lamentava-se da falta de recursos humanos.

Na execução deste mappa que exige huma particular atenção e concideravel trabalho se tem ocupado duas pessoas sem que até agora o tenham concluido, e isto tambem pelas frequentes distracoens de passar a outras escriptas de igual importancia e necessidade por não haver na Secretaria deste Governo o numero de officiaes effectivos que se faz indispensavel para o seu expediente [...] Hé tal a desgraça que não ha nesta Capital pessoas que escrevão sofrivelmente e menos com inteligencia para arranjar semelhantes rellações e mappas que me obrigou (bem

⁵⁸ AHU, Maranhão, cx. 50, doc. 4901.

⁵⁹ AHU, Angola, cx. 95, doc. 42.

*como a todos os meus antecessores) a occupar na Secretaria alguns officiaes da tropa paga, sem o auxilio dos quaes de necessidade andaria tudo no maior atrazo.*⁶⁰

Reflexões finais

As dificuldades de aplicação das normas e de execução dos próprios mapas reflectiam-se necessariamente na qualidade da informação. A presença de populações flutuantes - como os escravos e os indígenas - agravava as faltas de rigor no apuramento do total de efectivos. Por estas razões os comentários dos governadores - responsáveis máximos pelos trabalhos - afiguram-se fundamentais para uma aturada crítica de fontes. A título de exemplo registem-se as anotações do governador de Pernambuco em 1775 segundo as quais as rellações tem vindo com muyto vagar e algumas tão incapazes, como se mostra das incluzas, que ponho na presença de Va. Exa., sendo as menos suficientes as que demorão mais.⁶¹ Em 1807, António José da Franca e Horta, governador de São Paulo, também noticiava a falta de verosimilhança dos dados pois he indizível a serie de incoherencias que me tem sido remetidas em lugar dos mappas pedidos. Não ha proporção alguma entre o numero de mortes, casados e nascidos [...].⁶²

Os juízos em torno da qualidade das fontes não podem ser, no entanto, desanimadores quanto à robustez da informação produzida. Quer o esforço de sistematização empreendido em cada uma das capitanias e governos, quer o controle mais apertado por parte do Conselho Ultramarino tendem a mostrar que, progressivamente, as administrações foram capazes de desenvolver processos e rotinas mais fiáveis para a recolha da informação. Como bem notou Dauril Alden, apesar de todas as falhas e incongruências de muitos dos mapas estes constituem uma fonte insubstituível para a demografia e para a história social da América portuguesa durante o século XVIII e até à Independência, em 1822.⁶³

⁶⁰ AHU, São Paulo, cx. 61, doc. 4591.

⁶¹ AHU, Pernambuco, cx. 120, doc. 9196.

⁶² AHU, São Paulo, cx. 61, doc. 4598.

⁶³ Dauril Alden. *The Population of Brazil...* Op. Cit. P. 201.

Fontes primárias

Archivo General de las Indias (Sevilha). Extracto general del numero de almas que comprehende el Arzobispado de Chaxcas en las Indias meridionales del Perú... año de 1778, Indiferente general, leg. 1527, fl. 961.

AGI. Estado general de todos los habitantes de la Diocesi de Cuba formado con las divisiones, distinciones y separaciones prevenidas por S.M. ... en Real Ordem hecha en S. Lourenzo a 10 de Noviembre de 1776 ... correspondientes a el año de 1777, Indiferente general, leg. 1527 (oficio n.o 471 de 3 de Abril de 1779, Havana, dirigido a D. José de Galvez).

AGI. Resumen de la matricula general del Obispado de Santiago de Chile ... hecho en año de 1778, Indiferente general, leg. 1527, fl. 1019.

AGI. Estado general que comprehende el numero de vassalos y habitantes que existen en la Ysla de San Juan de Puerto Rico ... hasta fin del año de 1780, Indiferente general, leg. 1527.

AGI. Provincia de Quito. Padron general en el año de mil setecientos ochenta del numero de almas... en la Real Orden de diez de Noviembre de mil setecientos setenta y seis, Indiferente general, leg. 1527.

AGI. Plan demonstrativo de la poblacion comprehendida en el recinto de la ciudad de Lima... Indiferente general, leg. 1527 (sem número de fólio).

AGI. Estado general de la poblacion de Mexico capital de esta Nueva España, n.o 1, año de 1790. Indiferente general, leg. 1527 (sem número de fólio).

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Angola, cx. 95, doc. 42.

AHU (Lisboa). Baía, cx. 42, doc. 47 (25.01.1733).

AHU (Lisboa). Conselho Ultramarino, códice 424, fl. 155v.

AHU (Lisboa). Conselho Ultramarino, códice 579, fl. 193v.

AHU (Lisboa). códice 583 (1756-1780), fls. 163-165; fl. 171-172 e fls. 173-173v.

AHU (Lisboa). Índia, Monções do Reino, livro 157A (1776-1777), fl. 157.

AHU (Lisboa). Maranhão, cx. 50, doc. 4901; cx. 93, doc. 7683)

AHU (Lisboa). Pará, cx. 11, doc. 973 (14.09.1728), cx. 41, doc. 3800.

AHU (Lisboa). Pernambuco, caixa 118, doc. 9149; cx. 119, doc. 9149; cx. 120, doc. 9196; cx. 178, doc. 12472.

AHU (Lisboa). São Paulo, cx. 46, doc. 3613; cx. 61, doc. 4598; cx. 61, doc. 4591.

Bibliografia

Adrien Balbi. *Essai Statistique sur le Royaume du Portugal et de l'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*. Rey & Gravier. Paris. 1822.

Altiva Pilatti Balhana. *A População*. En: *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão y A.H. de Oliveira Marques, vol. VIII - *O Império Luso Brasileiro (1750-1822)*, coord. de Maria Beatriz Nizza da Silva. Editorial Estampa. Lisboa. 1986, P. 19-62.

Ana Cristina Nogueira da Silva. *O modelo espacial do Estado Moderno - reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Editorial Estampa. Lisboa. 1998.

António César de Almeida Santos. *Aritmética Política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII*. En: *Temas Setecentistas*, org. Andréa Doré y Antonio Cesar de Almeida Santos. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2008, P. 143-152.

Artur Madeira. *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Patrimonia Historica. Cascais. 1997.

Carlos Almeida Bacellar. *Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil*. En: *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. IX. 2013. P. 32-53.

Dauril Alden. *The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century*. En: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 43, n. 2. Durham, North Carolina. 1963, P. 173-205.

Documentos para la historia Argentina, tomo X - *Padrón de la ciudad de Buenos Aires (1778)*. Companhia Sud-Americana de Billetes de Banco. Buenos Aires. 1919.

Fábio Kuhn. *Uma fronteira do império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII*. En: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. VIII. Lisboa. 2007, P. 103-122.

Íris Kantor. *Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII*. En: *in O Brasil Colonial*. Vol. III – 1720-1821, org. de João Fragoso y Maria de Fátima Gouvêa. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2014, P. 463-482.

José Curto, Raymond Gervais. *The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844*. En: *African Economic History*. No 29. 2001, P. 83-121.

José Damião Rodrigues, Artur Madeira. A emigração açoriana para o Brasil: as levadas de soldados no século XVIII. En: in *Portos, Escalas e ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*. Congresso Internacional da chegada de Vasco da Gama a Portugal. Universidade dos Açores. Ponta Delgada. 2001, P. 113-130.

José Damião Rodrigues. Das ilhas ao Atlântico Sul: A política ultramarina e a emigração açoriana para o Brasil no reinado de D. João V. En: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. VIII. Lisboa. 2007, P. 57-68.

José de Torres. Relatório Consulta da Repartição de Estatística acerca da Estatística Geral de Portugal. Imprensa Nacional. Lisboa. 1861.

João Adriano Ribeiro. As levadas de soldados da Madeira para o reino de Angola nos séculos XVII e XVIII. En: *Islenha*. No 6. Funchal. 1990, P. 82-86.

John Russell-Wood. Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Difel. Lisboa. 1998.

Júnia Ferreira Furtado. Dom Luis da Cunha e a centralidade das minas auríferas brasileiras. En: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. III. Lisboa. 2007, P. 69-88.

Katia M. de Queirós Mattoso. Bahia século XIX: uma província no império. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1992.

Laird W. Bergard. *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil*. Cambridge University Press. Cambridge. 1999.

Maria Luiza Marcílio. A população do Brasil Colonial. En: *História da América Latina*, vol. II - América Latina Colonial, org. de Leslie Bethell. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999, P. 39-56.

Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Editora Hucitec. São Paulo. 2000.

Maria Pilar Pérez Cantó. La población de Lima en el siglo XVIII. En: *Boletín Americanista*. no 32. 1982. P. 383-407.

Nicolás Sánchez-Albornoz. *The Population of Latin America. A History*. University of California Press. 1974.

Nicolás Sánchez-Albornoz. A população da América Espanhola Colonial. En: História da América Latina, vol. II - América Latina Colonial, org. de Leslie Bethell. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999, P. 15-36.

Paul Gootenberg. Población y etnicidad en el Perú Republicano (siglo XIX): algunas revisiones, doc. de trabajo no 71. Instituto de Estudios Peruanos. Lima. 1995.

Paulo Teodoro de Matos. The population of the Estado Português da Índia, 1750-1820: Sources and Global Trends'. En: Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011, vol. I, The making of the Luso-Asian World: Intricacies of Engagement. Institute of Southeast Asian Studies. Singapore. 2011, P. 155-176.

Paulo Teodoro de Matos. A estatística da população no ultramar português, 1750-1800. Elementos para o seu estudo. En: Diafanas do mundo. Homenagem a Mário F. Lages. Universidade Católica Editora. Lisboa. 2012, P. 379-394.

Paulo Teodoro de Matos, Paulo Silveira e Sousa. População e movimentos migratórios: A Atração pelo Brasil. En: História dos Açores, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses y José Guilherme Reis Leite, vol. I. Instituto Açoriano de Cultura. Angra do Heroísmo. 2008, P. 535-577.

Roberto Smith. A Presença da componente populacional indígena na demografia histórica da Capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII. En: Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto. 2002, P. 1-35.

Shelburne F. Cook, Woodrow Borah. Essays in Population History: Mexico and the Caribbean, vol. I. University of California Press. 1971.

Tarcísio Botelho, José Flávio Morais Castro, Clotilde Andrade Paiva. Políticas de população no período Joanino. En: A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no Início do Século XIX, org. de Ana Sílvia Volpi Scott y Eliana Cristina Deckmann Fleck. Oikos/Unisinos. São Leopoldo RS, 2008, P. 59-88.

Vitorino Magalhães Godinho. Estrutura da antiga sociedade portuguesa. Arcádia. Lisboa. 1975.